



Associação Sindical Autónoma de Polícia ASAPOL

*Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente
do Grupo Parlamentar do PSD ,*

Assunto: Apreciação do Orçamento do Estado para 2021, contributos por escrito

A **Associação Sindical Autónoma de Polícia** (ASAPOL), vem por este meio, agradecer o interesse de Vossa Excelência, em querer receber os contributos desta Associação, para melhorar as condições profissionais dos Polícias, pelo que esta associação relata os problemas que os Polícias anseiam ver resolvidos, passo a expor:

1. Atribuição de subsídio de risco aos profissionais de Polícia

Esta associação assistiu em 11/01/2018 na assembleia da república, os Senhores deputados das várias bancadas parlamentares a declararem que era justo a atribuição de um subsídio de risco aos polícias, sendo aprovada uma proposta de resolução que recomendava o governo a atribuir o subsídio de risco aos Polícias.

Na altura foi entregue pela ASAPOL, juntamente com outras associações sindicais da PSP, ao Senhor Ministro da Administração Interna a proposta para atribuição de subsídio de risco considerada justa a atribuir a esta classe profissional. A mesma consistia que o valor a atribuir seria igual valor para todos e corresponderia a 25% do vencimento base do posto de comissário.

Os Polícias são constantemente sujeitos a um grande nível de stress, um trabalho que exige o uso de armas de fogo, e que tem de ser desenvolvido independentemente das condições climatéricas mais adversas. Faça chuva ou faça sol, com frio ou com calor, seja de noite ou de dia, os profissionais da Policia têm de ir para a rua desenvolver a sua atividade, estão sujeitos a horários em regime de turnos, trabalho noturno e ao fim de semana, o que naturalmente provoca um grande desgaste emocional e físico, no exercício das suas funções, sujeitos a um risco real, para a sua integridade física e até para a sua própria vida, são agredidos cinco agentes por dia, a criminalidade violenta está hoje mais organizada, mais sofisticada naturalmente contribui para potenciar o risco no exercício das funções ou mesmo fora delas.

Esta associação, considera que é tempo de reconhecer o risco verdadeiro a que os polícias estão sujeitos e **propõe que já em 2021, seja atribuído um subsídio de risco a todos os Polícias, de igual valor para todos e corresponderia a 25% do vencimento base do posto de comissário.**

2. Passagem dos Profissionais de Polícia à Pré-Aposentação, artigo 112.º

do Estatuto da PSP.

Os polícias estão a sair diretamente para aposentação sem beneficiarem do direito previsto na lei de sair para a pré-aposentação, o que vem contrariar o disposto no art.º 151 do Estatuto da PSP, que limitava as saídas dos profissionais para a pré-aposentação até ao ano 2019.

Em 2020, os polícias que cumprissem os requisitos previstos no art.º 112.º do estatuto da PSP (Tenham pelo menos 55 anos de idade e 36 anos de serviço e requeiram a passagem a essa condição), podiam sair para a pré-aposentação, o que não se veio a verificar. Podemos constatar atualmente é que os profissionais de outras forças e serviços e segurança(GNR), passam à reserva aos 55 anos de idade.

A ASAPOL propõe que todos os profissionais que reúnam os requisitos estipulados no art.º112.º do Estatuto da PSP e o requeiram passem de imediato à pré-aposentação.

3. Progressão nas carreiras

Existe uma clara divisão nas progressões das carreiras entre a classe de oficiais e a classe de chefes e agentes:

- ➔ Oficiais de Polícia,(a primeira promoção de oficiais de Polícia ocorre ao fim do tempo mínimo 5 anos), os oficiais no posto de subcomissários são promovidos ao posto de comissários com **uma percentagem a rondar os 100 por cento.**
- ➔ Chefes de Polícia (ocorre ao fim do tempo mínimo 8 anos), nenhum elemento é promovido, tendo **então uma percentagem de 0 por cento**, sendo que a primeira progressão ocorre passado mais de 20 anos.
- ➔ Agentes de Polícia, (a primeira promoção de Agentes de Polícia ocorre ao fim do tempo mínimo 6 anos) nenhum elemento é promovido, tendo **então uma percentagem de 0 por cento**, sendo que a primeira progressão ocorre passado mais de 14 anos.

Tal situação diminui a confiança e a coesão entre todos os polícias dos diferentes níveis hierárquicos, provocando uma desmotivação por não existir uma progressão justa entre todas as classes.

Verificamos que os quadros de chefes estão incompletos e vemos Agentes a assumir a função de chefe, sem a formação para tal, sem serem remunerados como tal e a serem responsabilizados, criminalmente e ou disciplinarmente, quando existe um erro na resolução das ocorrências , por exercerem funções que não lhes competia, nem pediram para as assumir, mas que foram colocados a exercer a função, por não existirem chefes para a função.

A ASAPOL propõe que os quadros de chefes e Agentes estejam completos e a primeira progressão na carreira de Chefes e Agentes ocorra ao fim do tempo mínimo(8 anos e 6 anos) tal e qual como acontece com a classe dos oficiais(5 anos).

4. SAD/PSP- Descontos

Os Polícias querem saber qual é o destino dos descontos para a SAD/PSP(mais de 1 milhão de euros), para onde está a ser canalizado esse dinheiro?

Os associados queixam-se do valor descontado mensalmente para a SAD / PSP (media cerca de €55 a 3,5%) e de descontarem 14 prestações por ano, quando o ano tem 12 meses.

A ASAPOL propõe o pagamento apenas de 12 prestações e diminuir a % ou poder alterar o sistema de saúde podia ser contemplado aos polícias que consequentemente viam os vencimentos aumentados.

5. Formação

O n.º 2 do art.º 121, Estatuto PSP, obriga os Polícias a frequentar anualmente 15 horas de formação por ano, o que não está a acontecer, a todos os elementos Policiais. A ASAPOL, denuncia que os polícias tem uma formação inicial de 9 meses e posteriormente estão entregues a si próprios, não havendo uma formação contínua que permita que os polícias acompanhem os novos paradigmas da sociedade.

Como consequência a sociedade não compreende certos comportamentos dos Polícias, no entanto não sabem que os profissionais de Polícia depois dos 9 meses de formação, nunca mais tiveram formações de atualização.

A ASAPOL verifica ainda, que existem muitos acidentes com as viaturas Policiais mas a Polícia não dá formação para os Polícias que conduzem essas mesmas viaturas.

A ASAPOL propõe uma atualização contínua dos polícias, tal como prevê o estatuto da PSP no mínimo 15 horas anuais e os profissionais da PSP que por força da sua missão tenham de conduzir viaturas Policiais, a Polícia deve dar um curso de formação.

6. Seguro obrigatório para viaturas policiais

Atualmente a PSP, não tem um seguro de responsabilidade civil, o que implica que um elemento policial que tenha uma acidente com a viatura de serviço, caso seja responsável tem de suportar os custos inerentes à reparação da mesma.

Como se isso não bastasse, ainda é alvo de um processo disciplinar sendo punido com mais uns dias de multa que se vai refletir no seu vencimento, tendo repercussões no seu orçamento familiar.

A ASAPOL, propõe que todas as viaturas policiais tenham obrigatoriamente um seguro de responsabilidade civil automóvel.

7. Bodycams

Os Polícias deparam-se no exercício das suas funções, com suspeitos agressivos, em que o polícia tem de adequar a força ao grau de ameaça para a neutralizar e não são raras as vezes que os suspeitos acusam os polícias de excesso de violência e tortura, sendo os polícias julgados na praça pública (por comentadores, jornalistas, políticos, público em geral nas redes sociais, etc) sem defesa possível. Nas Esquadras assistimos frequentemente, quando o suspeito está detido, sentado no banco da Esquadra ou nas celas de detenção a magoar-se de forma voluntária, como atirar a cabeça contra a parede o que provoca um corte e de seguida verbalizarem vou apresentar queixa contra vocês F...P., e acusá-los de agressão e racismo, infelizmente os suspeitos agressivos não tem um botão on/off, para que o mesmo se acalme e se as Esquadras de Polícia,

estivessem dotadas de equipamento de videovigilância seria uma salvaguarda para os polícias e para a justiça.

A ASAPOL, propõe que todos os Polícias sejam portadores de bodycams e as esquadras de Polícia estivessem equipadas com sistema de videovigilância.

8. Horários de Trabalho

Os polícias consideram que a matriz horária mais justa para todos os elementos operacionais é a matriz 2058(oito horas diárias) e que já está em prática em vários Comandos de Polícia.

Nos comandos que não está em prática esta matriz horária os elementos que estão na matriz horária das seis horas diárias são frequentemente alterados para efetuar o serviço da matriz horária 2058(oito horas), não tendo desta forma nenhuma estabilidade profissional nem pessoal, acabando por acumular vários créditos horários que nunca os vão gozar por falta de efetivo, nem vão ser remuneradas essas horas de trabalho extra.

A ASAPOL propõe a matriz horária 2058, para todos os Polícias que exercem serviço nas Esquadras, no serviço operacional, não tem custo e terá um efeito motivador, quanto às horas extras acumuladas em créditos horários, que não possam ser gozadas por falta de efetivo, no prazo de 60 dias, terão de ser remuneradas.

A ASAPOL constata que os Polícias encontram-se desiludidos e desacreditados, pois ao longo dos anos passados, verificam que os vários governos da república Portuguesa, deixaram os polícias abandonados e entregues a si próprios, congelando as progressões, salários e promessas que nunca foram cumpridas.

Os diretores Nacionais da PSP, são vistos pelos profissionais como um líder que luta contra as injustiças e defende os seus homens, exigindo que a tutela trate com dignidade os profissionais de Polícia, no entanto constataam alguns Diretores Nacionais que passaram pela PSP a auto-aumentarem-se esquecendo-se dos restantes profissionais e passivos perante a tutela e posteriormente assumem funções diplomáticas.

Os baixos salários praticados na PSP levou a um desânimo nos Polícias.

O facto da tutela ignorar as constantes reivindicações das associações sindicais, levou os profissionais a desacreditar no trabalho das associações sindicais, exemplo disso é a criação do movimento zero.

Face ao exposto urge levantar a moral dos Polícias e para que isso aconteça **é necessário já para o ano 2021 a atribuição do subsídio de risco aos profissionais da PSP, a saída dos Polícias para a pré-aposentação que reúnam os requisitos legais para tal e a promoção de chefes e Agentes que reúnam os requisitos mínimos para progredirem.**

Os Polícias a manterem os salários base conforme estão, segundo as declarações do senhor primeiro ministro em 2023, o salário mínimo será de 750 euros, o que significa

que um Agente da PSP no início de carreira receberá praticamente o salário mínimo Nacional, por si só irá já agudizar a baixa atratividade da profissão Polícia, pois no presente verificámos poucos candidatos ao concurso de Agentes, logo os critérios de seleção de candidatos são reduzidos de forma a correr o risco de não preencherem as vagas pretendidas.

O quadro abaixo representa o vencimento dos polícias em comparação com o salário mínimo e a sua progressão do ano 2005 ao ano 2020, e verificamos o interesse dos governantes no que diz respeito aos salários dos polícias, concluimos também que são falsas as notícias que dizem que os polícias tiveram o maior aumento dos últimos anos.

	PSP	GNR		SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL
2005	697,8	697,8	2005	374,7
2006	708,3	708,3	2006	385,9
2007	718,9	718,9	2007	403,0
2008	734,2	734,2	2008	426,0
2009	755,3	755,3	2009	450,0
2010	789,5	789,5	2010	475,0
2011	789,5	789,5	2011	485,0
2012	789,5	789,5	2012	485,0
2013	789,5	789,5	2013	485,0
2014	789,5	789,5	2014	485,0
2015	789,5	789,5	2015	505,0
2016	789,5	789,5	2016	530,0
2017	789,5	789,5	2017	557,0
2018	789,5	789,5	2018	580,0
2019	789,5	789,5	2019	600,0
2020	791,9	791,9	2020	635,0

Estamos disposto a reunir com Vossa Excelência através de videoconferência, caso considerem necessário.

Ao vosso dispor,

Lisboa, 24 de Outubro de 2020

A Direção da ASAPOL



Nuno Prego de Castro

Vice-Presidente da Direção da ASAPOL